



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"  
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

---

**Análise Técnica do Pedido Impugnação do Edital/2025/DSG/DA/DG/DPG**

**ITAMAR C. DA SILVA, MARINA PRESTACAO DE SERVICOS**

CNPJ: 03.397.088/0001-15

Endereço: Rua Antônio Pinheiro Filho, 429, Caranã, Boa Vista-RR Cep: 69.313-585

Ref.: Resposta à Impugnação - **PREGÃO ELETRÔNICO 90015/2025**

Em atenção à impugnação apresentada referente à participação da empresa **ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTACAO DE SERVICOS** no certame licitatório em epígrafe, especificamente quanto pedido de CANCELAMENTO ou SUPRESSÃO, na autorização sanitária nos termos da RDC nº 52/2009 da ANVISA, vimos, por meio deste, apresentar os devidos esclarecimentos.

**I – Do Objeto da Licitação**

O objeto da presente licitação refere-se à eventual Contratação de empresa especializada para prestar serviços de Dedetização, Desinsetização, Desratização, Descupinização, Controle de Vetores sob demanda, como também o serviço de Desinfetação e Sanitização sob demanda, dos prédios ocupados pela Defensoria Pública do Estado de Roraima, na capital e no interior do Estado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**II – Da não Autorização da ANVISA**

A parte impugnante alega que a empresa não deveria apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), conforme previsto na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA. No entanto, essa alegação não se sustenta diante da análise técnica e jurídica da norma mencionada.

**III – Da Análise da RDC nº 52/2009**

A Resolução RDC nº 52, de 22 de Outubro de 2022, dispõe sobre as empresas que devem obter a Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE), a qual hoje esta em vigencia a Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022 que trata do mesmo tema, temos elencando, em seus anexos, as atividades que estão sujeitas à obrigatoriedade da AFE, em conformidade com a RDC 016/2014, que Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas e a RDC 860/2024 que altera parcialmente Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 01 de abril de 2014.

No entanto, é necessário destacar que:

1. A obrigatoriedade da AFE não só se aplica a todas as empresas que realizam serviços, comercializam ou transportam produtos sujeitos à vigilância sanitária, como também a àquelas que atuam diretamente em atividades específicas reguladas, como produção, importação, exportação, armazenagem e distribuição de determinados produtos.
2. A empresa **ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTACAO DE SERVICOS**, conforme consta em seu objeto social e em sua atuação comercial, realiza algumas das atividades previstas nos anexos

obrigatórios da RDC nº 860/2024 e a RDC nº 622/2022.

3. Portanto, há exigência legal para que esta empresa possua AFE junto à ANVISA, conforme interpretação sistemática da própria norma reguladora.

#### IV – Do Entendimento da ANVISA e Jurisprudência Administrativa

De acordo com a RDC nº 16/2014, a AFE é obrigatória para empresas que fabricam, distribuem, armazenam ou manipulam produtos sujeitos à vigilância sanitária — como cosméticos, saneantes ou produtos para saúde.

Entretanto, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, regulados pela RDC nº 622/2022, a exigência da AFE depende se a empresa atua com produtos de venda restrita ou controle de insumos, não sendo automaticamente obrigatória em todos os casos.

TRF-2 e TRF-5 – responsabilidade técnica e tipo de profissional

O TRF da 5ª Região já decidiu que empresas de dedetização podem ter como responsável técnico biólogo, médico veterinário ou outros profissionais habilitados segundo o conselho de classe, sem obrigatoriedade de veterinário especificamente.

TRF-2 / TRF-1 – licenciamento sanitário e AFE

O TRF-2 entendeu apropriadamente que empresas de controle de pragas devem ter licença sanitária, e que a contratação só pode ocorrer com empresa especializada, conforme a RDC 622/2022.

Já no Art. 3º da Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 01 de abril de 2014, a AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Além disso, tribunais de contas e órgãos de controle têm entendido que exigências desnecessárias ou desproporcionais configuram restrição indevida à competitividade, podendo inclusive anular licitações que desrespeitem o princípio da legalidade e da ampla concorrência.

Nesse sentido, a exigência da AFE não configura restrição indevida, mas sim cumprimento de requisito legal necessário para o exercício da atividade licitada. A eventual dispensa deste documento poderia ensejar a contratação de empresa não regularizada sanitariamente, com risco à saúde pública e em desacordo com a legislação regulatória.

#### V – Quanto ao Pedido

Diante do exposto, este setor técnico decide o seguinte:

Quanto a Interpretação Equivocada da Legislação Sanitária: este setor indefere o pedido da impugnação apresentado pela empresa: **ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTACAO DE SERVICOS, com base nos fatos e legislação acima citados, por inexistência de ilegalidade, mantendo-se inalterado o conteúdo do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2025, Processo Nº: 001138/2025.**

Sem mais, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*  
**Martin Esteban Pando Laguzzi**  
Chefe da Divisão de Serviços Gerais  
DPE-RR

Em 31 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARTÍN ESTEBAN PANDO LAGUZZI**, **Chefe da Divisão de Serviços Gerais**, em 31/07/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.rr.def.br/autenticidade>, informando o código verificador **0717748** e o código CRC **58D35E3C**.

001138/2025

0717748v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"  
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Decisão - DCL/DCL-DI/DPG

DECISÃO

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5

Interessado: ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Assunto: Impugnação ao Edital

I. Tempestividade

A presente impugnação é tempestiva, nos termos do art. 164, §1º da Lei nº 14.133/2021, considerando que a sessão pública do certame está designada para o dia 05 de agosto de 2025, sendo esta interposição realizada em 24 de julho de 2025, dentro, portanto, do prazo legal.

II. Histórico da Impugnação

A empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.397.088/0001-15, apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico SRP N.º 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021. A impugnação foca especificamente no item 8.2.4.2 do Termo de Referência, que exige a 'Licença de funcionamento do estabelecimento, fornecida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado, para exercer as atividades, objeto deste Termo de Referência. O AFE (Autorização de Funcionamento) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) Nº 52, de 22 de outubro de 2009'.

Os fundamentos da impugnação alegam violação ao Princípio da Competitividade, interpretação equivocada da legislação sanitária e violação aos Princípios da Legalidade e Razoabilidade. A impugnante argumenta que a exigência da AFE da ANVISA representa uma restrição desnecessária e ilegal à competitividade, uma vez que a AFE é exigida apenas para empresas que atuam em áreas específicas e restritas, conforme a RDC nº 52/2009, e que o objeto da licitação (serviços em prédios administrativos da Defensoria Pública) não se enquadra nas hipóteses que exigem AFE da ANVISA. A empresa sugere que para a prestação de serviços de dedetização em estabelecimentos comerciais e públicos (não portuários/aeroportuários), seria suficiente a licença sanitária municipal ou estadual.

Diante do exposto, a impugnante requereu o cancelamento ou supressão integral do item 8.2.4.2 do Termo de Referência, ou, alternativamente, a correção da redação para exigir apenas 'Licença sanitária municipal ou estadual para funcionamento de empresa prestadora de serviços de controle de pragas urbanas, conforme legislação local aplicável', e a republicação do edital com prazo adequado para nova apresentação de propostas.

III. Análise Técnica do setor demandante

Em resposta à impugnação, a Divisão de Serviços Gerais da Defensoria Pública do Estado de Roraima elaborou uma Análise Técnica (SEI/DPE-RR - 0717748) que refuta os argumentos apresentados pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A análise técnica esclarece que a alegação da impugnante de que a empresa não deveria apresentar a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), conforme previsto na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA, não se sustenta.

A análise técnica destaca que a Resolução RDC nº 52, de 22 de Outubro de 2009, e a Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022, que trata do mesmo tema, elencam, em seus anexos, as atividades que estão sujeitas à obrigatoriedade da AFE. É ressaltado que a obrigatoriedade da AFE não se aplica apenas a empresas que atuam em áreas específicas e restritas, mas também àquelas que realizam atividades previstas nos anexos obrigatórios das RDC nº 860/2024 e RDC nº 622/2022. A análise técnica afirma que a empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, conforme seu objeto social e atuação comercial, realiza algumas das atividades previstas nessas resoluções, o que justifica a exigência da AFE.

Adicionalmente, a análise técnica menciona que, de acordo com a RDC nº 16/2014, a AFE é obrigatória para empresas que fabricam, distribuem, armazenam ou manipulam produtos sujeitos à vigilância sanitária. Embora para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, regulados pela RDC nº 622/2022, a exigência da AFE dependa se a empresa atua com produtos de venda restrita ou controle de insumos, a análise conclui que a exigência da AFE não configura restrição indevida, mas sim cumprimento de requisito legal necessário para o exercício da atividade licitada. A dispensa deste documento poderia ensejar a contratação de empresa não regularizada sanitariamente, com risco à saúde pública e em desacordo com a legislação regulatória.

Com base nos fatos e na legislação citada, o setor técnico indefere o pedido de impugnação, mantendo inalterado o conteúdo do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5, Processo Nº: 001138/2025.

IV. Decisão

Considerando o teor do pedido de impugnação apresentado pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, bem como a manifestação do setor demandante exarada por meio da **Análise Técnica do Pedido Impugnação do Edital/2025/DSG/DA/DG/DPG** (SEI/DPE-RR - 0717748), este pregoeiro acatou integralmente o parecer técnico emitido pelo setor demandante.

Diante do exposto, **DECIDE-SE:**

1. Que a exigência da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da ANVISA para as atividades objeto da licitação é considerada **NECESSÁRIA e LEGAL**, conforme a interpretação sistemática das Resoluções RDC nº 52/2009, RDC nº 622/2022 e RDC nº 860/2024, bem como a natureza das atividades desempenhadas pela empresa impugnante.

2. **INDEFERIR** o pedido de impugnação apresentado pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mantendo-se inalterado o conteúdo do item 8.2.4.2 do Termo de Referência anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP N.º 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5.

V. Conclusão

Esta decisão fundamenta-se na análise técnica do setor demandante detalhada da legislação pertinente e na avaliação técnica das atividades envolvidas, visando garantir a segurança jurídica e a conformidade com as normas sanitárias vigentes. A manutenção da exigência da AFE é crucial para assegurar que os serviços de controle de vetores e

pragas urbanas sejam prestados por empresas devidamente regularizadas, protegendo a saúde pública e a integridade dos ambientes da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Em 31 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **VENICIUS ANTONY LINHARES, Agente de Contratação**, em 01/08/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.rr.def.br/autenticidade>, informando o código verificador **0717810** e o código CRC **FF86B86C**.